
Gênero, Militarismo e Mudança Climática

Por ser a evidência da mudança climática cada vez mais convincente, aumenta em intensidade a batalha sobre quem formula suas causas, efeitos e soluções. Tanto no âmbito popular quanto no político, saber quais serão as vozes ouvidas e quais as não ouvidas torna-se um assunto político chave do nosso tempo. Hoje, no nível da política internacional, chama a atenção a ausência de considerações de gênero nos debates sobre mudança climática. De fato, as palavras “mulher” e “gênero” não aparecem nos dois principais acordos internacionais sobre aquecimento global, a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Protocolo de Kioto. A nova defesa e sabedoria do feminismo questionam essa desconsideração do gênero, apontando especialmente para a importância de levar em conta o gênero na análise da vulnerabilidade e adaptação ao aquecimento global.

O trabalho feminista sobre vulnerabilidade recorre a pesquisas prévias a respeito do que faz que certas populações estejam mais expostas diante de desastres naturais como enchentes e secas-eventos climáticos extremos que poderiam ser mais freqüentes como resultado do aquecimento global. Por exemplo, em lugares onde as mulheres têm menos acesso aos alimentos e à assistência sanitária do que os homens, elas estão em desvantagem ao enfrentarem desastres naturais e pressões ambientais. Devido a elas serem as principais responsáveis pelas crianças e idosos, chegam a ter menor mobilidade. As restrições culturais quanto à mobilidade das mulheres pode agravar o problema. Durante o ciclone de 1991 em Bangladesh, morreram mais mulheres do que homens porque o alerta de ameaça foi anunciado nos espaços públicos onde as mulheres são proibidas de ir e, ainda, se demoraram ao saírem de suas casas por temor a ser consideradas indecentes.

Para não depender de amplas generalizações, estudiosos e profissionais feministas desenvolveram um mapeamento de risco sensível ao gênero no qual as mulheres analisam suas próprias vulnerabilidades conforme o tipo de lavoura que fazem, os recursos que controlam e os que não, seu acesso à irrigação, mercados, informação, etc. Nesse sentido, a análise de gênero é uma ferramenta para estudar os diversos contextos e aproximar-se de soluções localmente efetivas mais do que apresentar uma única forma de compreender a vulnerabilidade.

Até agora, a maior parte da literatura sobre gênero e vulnerabilidade diante da mudança climática tem se focalizado nas mulheres rurais do Sul apesar de que a maioria das pessoas do mundo irão morar nas cidades daqui a algumas décadas. Tal como mostrou o furacão Katrina, o Norte também não está imune a eventos climáticos extremos, e o grau de vulnerabilidade vivenciado pelos habitantes de Nova Orleans estava intimamente ligado a fatores como gênero, pobreza, raça, idade e classe, e suas inter- relações. Devido à probabilidade de esses riscos associados à mudança climática serem maiores nos próximos anos, o mapeamento de risco sensível ao gênero e a compilação de dados seriam ferramentas úteis para as comunidades, tanto rurais quanto urbanas, do mundo inteiro.

Muito deve ser feito ainda para conseguir que os sistemas de alarme de ameaças atendam a questões de gênero. Conforme Maureen Fordham da Rede de Desastres e Gênero, domina uma

maioria de experts homens nesse campo, e a ênfase tradicional está nas (“duras”) abordagens científicas e técnicas para a identificação de riscos e a solução de problemas, com pouca atenção ao papel das redes de mulheres e outros grupos de cidadãos no desenvolvimento de sistemas informais de alerta. O âmbito do manejo de desastres está também dominado por homens, e as necessidades das mulheres quanto à informação e serviços são freqüentemente descuidadas diante dos desastres.

Devido à negligência em grande escala das questões de gênero nos acordos internacionais sobre mudança climática, não deve surpreender a pouca atenção que tem sido dada ao fato de esses acordos chegarem a ter resultados diferenciados por gênero. Em uma crítica à abordagem sobre o comércio de carbono do Protocolo de Kioto, Larry Lohmann, da britânica The Corner House, salienta como os sistemas de contabilização de carbono resultantes marginalizam as contribuições não corporativas, não estatais e não especializadas para a estabilidade climática e são criadas novas formas excludentes de direitos de propriedade. Eles favorecem projetos de seqüestro de carbono em grande escala no Sul que podem acarretar conseqüências negativas tanto sociais quanto ambientais. Por exemplo, em Minas Gerais, Brasil, a Plantar S.A. solicitou fundos de carbono para expandir suas monoculturas de eucalipto. Essas plantações não apenas ocupam terras públicas, que por lei devem ser entregues a agricultores pobres, como também acabam com as existências de água e reduzem em grande escala a biodiversidade.

É provável que tais modelos de plantação tenham uma série de efeitos diferenciados por gênero. Por exemplo, as mulheres não terão acesso a coletar lenha para uso doméstico, e os poucos empregos gerados, para guardas florestais e outros, serão destinados em grande medida aos homens. Já que as mulheres, em muitos lugares, dependem de plantas silvestres tanto para se alimentarem quanto para fazerem suas lavouras domésticas, a perda de biodiversidade poderia reduzir suas possibilidades de recuperar seus meios de vida. É improvável também que tais plantações contribuam para solucionar as necessidades energéticas das mulheres pobres no longo prazo. Conforme Margaret Skutsch da Rede de Mudança Climática e Gênero, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto fechou as portas para soluções não empresariais em pequena escala tais como sistemas que incentivem o controle local das florestas e a melhoria de sua capacidade para seqüestrar carbono e ter um fornecimento sustentável de lenha.

Em geral, foram realizados poucos esforços para analisar as relações de gênero que afetam os mecanismos da mudança climática. Por exemplo, o Norte que é desproporcionalmente responsável pelo aquecimento global, tem no setor do transporte uma importante fonte de gases de efeito estufa. Talvez com a exceção dos EUA, é menos provável que as mulheres do Norte tenham seus próprios carros e mais provável que usem o transporte público. Além disso, os carros das mulheres na Europa tendem a ser menores e mais eficientes no consumo de combustível porque não são considerados como símbolo de estatus. Este último item salienta a necessidade de observar as dimensões por gênero dos desejos dos consumidores já que afetam o uso da energia. A propaganda é muito diferenciada segundo o gênero- o típico motorista de carrões esportivos ou picapes visto nos anúncios de automóveis nos EUA, por exemplo, é um homem sozinho ou com um parceiro prestes a conquistar uma floresta ou um deserto. Se uma mulher aparecer no quadro, será geralmente bonita e elegante, acrescentando um elemento de apelo sexual. Desse modo, as noções de masculinidade e feminilidade são usadas estrategicamente para criar e sustentar a cultura esbanjadora de carrões que consomem muita gasolina, desde a promoção de veículos 4x4 como “brinquedos para os garotões” até os Hummer militares usados pelos civis como potente símbolo da virilidade americana.

Considerar o gênero na mudança climática também exige manter a atenção sobre a fina linha divisória entre as preocupações justificáveis a respeito das ameaças que provoca o aquecimento

global e a estratégica dispersão de discursos alarmistas que apoiam o Protocolo de Kioto ou servem a outros objetivos mais problemáticos. É preciso monitorar bem de perto o que está implícito e explícito nos relatos por gênero que fortalecem uma visão negativa da mulher e da população pobre.

Um exemplo característico é a incriminação da mulher quanto a ser uma ameaça para a população. As previsões apocalípticas de crescimento demográfico que ultrapassam a capacidade populacional do planeta têm sido bem populares nos âmbitos ambientalistas do Norte, em particular nos EUA onde tem existido uma longa relação entre a pressão demográfica e o movimento ambientalista dominante. Aqueles procuram transferir a culpa pelo aquecimento global, dos modelos de produção e consumo do Norte à população pobre do Sul, usando, freqüentemente, argumentos demográficos alarmistas.

Por exemplo, o professor Chris Rapley, diretor de British Antarctic Survey foi manchete, recentemente, na mídia britânica ao argumentar que se não houver uma redução demográfica significativa, há poucas esperanças de se sair bem e de forma efetiva na questão da mudança climática. A mensagem implícita é que a fertilidade das mulheres deve ser controlada. No passado, raciocínios desse tipo contribuíram à implementação de políticas demográficas draconianas que prejudicaram e muito os direitos e a saúde das mulheres.

O alarmismo demográfico também está presente nas imagens de ondas de famintos refugiados climáticos que chegam a nossas praias fugindo do aquecimento global, como foi ilustrado em 2003 com uma encenação, ordenada pelo Pentágono, de uma dramática mudança climática em que a diminuição da capacidade demográfica em áreas superpovoadas causa crescentes guerras, doenças, fome e até a migração para o Norte. Esse tipo de narrativa ameaçadora coloca as mulheres em um retrato completamente sinistro da pobreza do Terceiro Mundo e fortalece a autoridade dos organismos de segurança nacionais sobre as iniciativas civis para encarar a mudança climática.

Uma forma de desafiar tais manobras militares é focalizar no papel significativo (embora desatendido) dos próprios militares no aquecimento global. O Departamento de Defesa é o maior consumidor de combustível dos EUA, sendo responsável por 1.8% do combustível para transporte no país. Isso não é uma contribuição significativa para o aquecimento global, devido a os EUA serem o maior emissor de gases de efeito estufa. Os militares de qualquer parte do mundo consomem energia desproporcionalmente; conforme estimativas, os militares do mundo inteiro em conjunto usam a mesma quantidade de produtos petrolíferos que o Japão- uma das maiores economias do mundo. No caso dos EUA, a ironia consiste em que os militares estão usando atualmente grandes quantidades de petróleo na Guerra contra o Iraque, em parte para garantir o futuro controle americano de fornecimento de petróleo.

Ao fazer uma consideração por gênero tanto do militarismo quanto da mudança climática, surge uma série de perguntas inter-relacionadas. Quais são as políticas que diferenciam o gênero para estabelecer prioridades estratégicas e orçamentárias? Como as idéias de masculinidade e os grupos de trabalho de homens poderosos modelam as políticas de defesa, protegem os militares da necessidade de reduzir o consumo de combustível e a emissão de gases de efeito estufa e determinam que as despesas com a defesa convencional sejam bem mais prioritárias do que o investimento em fontes de energia limpa e tecnologias?

Como a cultura militar machista impacta sobre a escolha do consumidor através de produtos como o Hummer e mantém estilos de vida que esbanjam energia?

Como o estado de guerra mina as liberdades democráticas, coloca as mulheres no campo de batalha e reduz o espaço inclusive para debater sobre a abordagem do aquecimento global?

Como o militarismo multiplica e/ ou intensifica a vulnerabilidade da mulher diante da mudança climática? Nos casos de desastres naturais induzidos pelo aquecimento global, por exemplo, o risco de violência sexual aumentará se os governos dependerem das instituições militares para fornecer ajuda e manter a ordem?

No lado mais positivo, como os movimentos das mulheres pela paz e o ambiente podem contribuir para uma visão mais ampla da justiça climática e para soluções mais factíveis que a redução das emissões enquanto aumentam a renda e o poder dos homens e mulheres pobres?

Estas são apenas algumas das perguntas que precisamos colocar para organizarmos um efetivo desafio feminista e socialmente justo para o comércio como é de praxe na arena da mudança climática.

Por Betsy Hartmann, ZNet Commentary, 10 de abril de 2006

-- Betsy Hartmann é a diretora do Programa de População e Desenvolvimento da Universidade de Hampshire em Amherst, Massachusetts. Recentemente, ela foi co- escritora com Joni Seager de *Mainstreaming Gender in Environmental Assessment and Early Warning* (UNEP 2005) e co- editora com Banu Subramaniam e Charles Zerner de *Making Threats: Biofears and Environmental Anxieties* (Rowman and Littlefield, 2005).